

# Relatório de Sustentabilidade 2024



## SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
1 PERFIL ORGANIZACIONAL	3
1.1. Missão ,Visão e Valores	3
1.2. Empresa	3
1.3. Porte da Organização	3
1.4. Colaboradores	4
1.5. Cadeia de Fornecedores	5
1.6. Mudanças	5
2. ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS	6
3. ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	7
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	8
4.1. Conselho da Administração	9
4.2. Conselho Fiscal	10
4.3. Comitê de Auditoria Estatutário	10
4.4. Diretoria Executiva	11
4.5. Comitê de Elegibilidade	12
4.6. Auditoria Interna	12
4.7. Controle Interno e Gestão de Riscos	12
4.8. Ouvidoria	12
4.9. Auditoria Independente	12
5. ÉTICA E INTEGRIDADE	13
5.1. Ética e Integridade com a Sociedade	13
5.2. Ética e Integridade com os Acionistas	13
5.3. Ética e Integridade com os Colaboradores	13
5.4. Ética e Integridade com Associações	13
5.5. Ética e Integridade com os Estagiários e Jovens Aprendizes	14
5.6. Ética e Integridade com os Fornecedores e Prestadores de Serviço	14
6. GESTÃO E RESULTADOS ECONÔMICOS	14
6.1 Ouvidoria	14
6.2 Econômico	14
6.3 Orçamento	15
6.4 Convênio	15
7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	16
7.1. Responsabilidade Ambiental	16
7.2. Responsabilidade Social	18
8. PERFIL DO RELATÓRIO	22

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Dando cumprimento ao compromisso da INVEST SC com a transparência, apresentamos o nosso Relatório de Sustentabilidade 2024. O documento permitirá aos stakeholders da companhia conhecer mais detalhadamente o perfil da empresa e a forma pela qual procuramos atingir nossa missão e colocar em prática nossos valores.

O presente Relatório de Sustentabilidade contém informações relevantes a respeito dos resultados da empresa, no que diz respeito às dimensões econômica, social e ambiental da sua atuação.

Os aspectos materiais identificados refletem a estratégia de longo prazo estabelecida para a companhia para o período de 2021 a 2025.

Estamos cientes de que temos grandes desafios a serem superados para a gestão sustentável da empresa, contudo confiamos que com dedicação e profissionalismo conseguiremos continuar cumprindo, cada vez com mais eficiência, a missão da INVEST SC.

Boa leitura!

Renato Dias Marques de Lacerda  
Diretor Presidente da INVEST SC

## 1- PERFIL ORGANIZACIONAL

### 1.1 Missão ,Visão e Valores

Missão - Prover soluções para o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, promovendo investimentos, parcerias e negócios estratégicos e impulsionando a inovação, a competitividade e o nível de emprego.

Visão - Ser referência na promoção de investimentos sustentáveis,parcerias e negócios estratégicos

Valores - Excelência nos Serviços; Foco em resultados; Valorização dos Colaboradores; Geração e Retenção de Conhecimento; Gestão Transparente; Inovação; Sustentabilidade; Cooperação e Responsabilidade.

### 1.2 Empresa

A INVEST SC S.A., inscrita no CNPJ 07.293.552/0001 – 84, localizada da Rod. SC 401, km 5, nº 4600, bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC, foi fundada em 2005 sob forma de sociedade anônima de economia mista, vinculada ao gabinete do Governador do Estado. O seu Capital Social autorizado é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), dos quais já foram realizados cerca de R\$245 milhões. A empresa foi constituída em 2005 por meio da Lei Estadual nº 13.335, e alterada posteriormente pela Lei nº 15.500, de 20 de junho de 2011 e lei Complementar 741 de 12 de junho de 2019 e Lei Complementar 789 de 29 de dezembro de 2021.

### 1.3 Porte da Organização

A INVEST SC configura-se como uma empresa de grande porte, com receita operacional bruta acima de R\$90 milhões, teto atingido com a soma das receitas operacionais brutas das subsidiárias; Porto de Imbituba e do Porto de São Francisco do Sul, e filial Porto de Laguna.

A seguir apresenta-se a evolução da Receita Bruta do grupo econômico da INVEST SC dos últimos 03 (três) exercícios.

Empresa/Filial	2022	2023	2024
SCPPar Holding	R\$ 1.604.518	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SCPPar Imbituba	R\$ 125.274.000	R\$ 140.869.000	R\$ 171.172.000

SCPPar São F. Sul	R\$ 123.476.000	R\$ 167.612.000	R\$ 175.611.000
SCPPar Laguna	R\$ 1.029.151	R\$ 1.361.082	R\$ 1.954.642
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 251.383.669</b>	<b>R\$ 309.842.082</b>	<b>R\$ 348.737.642</b>

Fonte:INVEST SC/Relatório de Administração 2024

No exercício de 2024, 20 (vinte) projetos foram confirmados em Santa Catarina, totalizando R\$ 9,3 bilhões em investimentos e 15.998 empregos diretos.

#### 1.4 Colaboradores

Em 31 de dezembro de 2024, o quadro de colaboradores atuando na empresa era composto por 39 (trinta e nove) pessoas, sendo 04 (quatro) diretores, 23 (vinte e três) empregados comissionados e 12 (doze) empregados efetivos. Dos 12 (doze) empregados efetivos, 6 (seis) estão nomeados em funções gratificadas e/ou cargo comissionado. Dentre os 04 (quatro) diretores, 1 (um) é empregado efetivo da empresa e 3 (três) servidores de carreira do Estado. Destes 39 colaboradores, a companhia tem 2 (dois) empregados cedidos a outros órgãos, que por sua vez prestam o devido reembolso à INVEST SC dos seus salários e encargos.

De acordo com o perfil de sua natureza jurídica, a formação do quadro permanente da SCPPar se deu por meio de concurso público, conforme rege o artigo 35, inciso II da Constituição Federal – CF e pelo artigo 71 do Estatuto Social da empresa. O último concurso realizado pela SCPPar A época, se deu no ano de 2007.

Com a contratação de novos funcionários, foram proporcionadas oportunidades de capacitação, principalmente para atividades ligadas às parcerias público-privadas. Como trilha de capacitação na área, foi sugerido a todos os servidores que realizassem o curso de PPPs elaborado pelo BID e disponibilizado gratuitamente.

Para os servidores que atuam na Diretoria de Parcerias e Concessões, foi oportunizado o curso da RADAR PPP, autorizado no país a prestar a certificação CP3P. O programa de certificação profissional em Concessões e PPPs da APMG International (CP<sup>3</sup>P) é uma inovação do Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento, Fundo Multilateral de Investimento e Banco Mundial, financeiramente apoiado pelo Public-Private Infrastructure Advisory Facility, que compartilham a visão de que o programa contribuirá para melhorar a eficiência e o desempenho de projetos de investimento privado em infraestrutura pública em todo o mundo. Como o objetivo do APMG PPP

Certification Program™ é formar uma base comum de conhecimento em PPPs e concessões entre os profissionais do setor em todo o mundo, a INVEST SC orgulha-se por poder afirmar que 100% do seu corpo técnico atuando na Diretoria de Parcerias e Concessões é certificado como CP3P-F

### 1.5 Cadeia de Fornecedores

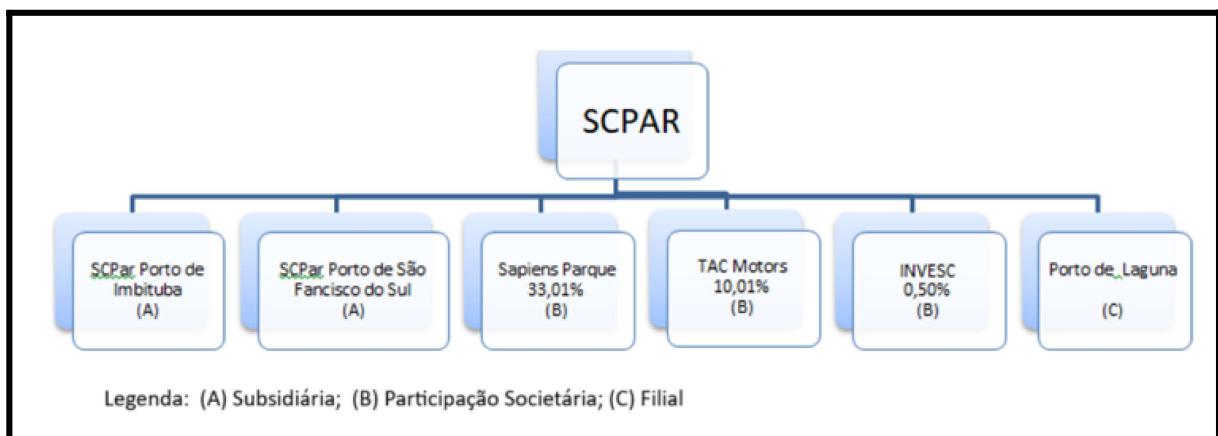
Modalidade/ Categoria	Obras de Serviço de Engenharia	Compras	Contratação de Serviços	Total Anual
Licitações	R\$ 6.999,99	R\$ 129.121,51	R\$ 417.869,84	R\$ 588.548,19

Fonte:INVEST SC/Relatório de Administração 2024

### 1.6 Mudanças

Dentro das possibilidades de atuação para cumprir com seu objetivo social, a INVEST SC nos últimos anos tem atuado com enfoque maior nos setores de gestão portuária e desestatizações, no primeiro como controladora dos Portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e na gestão direta do porto de Laguna, buscando sempre pela melhoria contínua da gestão administrativa e operacional, e no segundo através da coordenação e estruturação de projetos do programa de parcerias e investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI- SC), conforme estabelece Decreto 468/2020. A atividade de coordenação do PPI- SC, que é destaque dentro do plano de governo atual, abarcou o desenvolvimento de uma série de projetos nas áreas de turismo, saúde e segurança do estado, que estão em desenvolvimento e devem gerar economia aos cofres públicos nos próximos anos. O portfólio do programa conta com ativos de diferentes setores, a exemplo dos Centros de Eventos de Balneário Camboriú e do Luiz Henrique da Silveira, o novo Complexo hospitalar de Santa Catarina, o Terminal Rodoviário Rita Maria, a nova unidade penitenciária de Blumenau, entre outros.

A INVEST SC, no cumprimento de seus objetivos investiu ao longo do tempo em participações acionárias, participando do capital de empresas públicas e privadas, bem como constituiu empresas de propósito específico, as quais estão ilustradas no organograma abaixo.



## 2- ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS

Os temas principais e de relevância foram extraídos da estratégia de longo prazo elaborada pela empresa, e relacionados a cada abordagem respectiva mitigar os impactos negativos como base na estratégia de longo prazo:

Aspecto Material	Abordagem de Gestão
Sustentabilidade da empresa	<p>Elaboração de projetos de desestatização dentro do programa de governo PPI-SC e a operação do Porto de Laguna pelo estado por meio da SCPAR</p> <p>Execução da política de desinvestimento das empresas investidas, com vistas a recuperação do capital investido e mitigação dos eventuais prejuízos</p>
Desenvolvimento dos portos delegados ao Estado de Santa Catarina	<p>Garantia da operação dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado</p> <p>Realização de agenda periódica de acompanhamento com as subsidiárias e filiais da empresa, a fim de construir políticas alinhadas entre as unidades, reforçando o desenvolvimento conjunto dos portos delegados</p> <p>Apoio a gestão dos Portos no desenvolvimento de projetos e na atração de investimentos do setor privado para concessão e arrendamento de suas áreas e serviços, buscando a melhoria e otimização das áreas não afetas às operações, corroborando com o objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense</p>
	Protagonismo no comitê de desestatização do Estado de Santa Catarina.

Desenvolvimento da carteira de projetos do PPI-SC	Desenvolvimento dos projetos de desestatização em alinhamento com as secretarias demandantes.  Atualização constante dos projetos nas mídias e comunidade.
Operação do Porto de Laguna	Regularização ambiental  Planejamento e desenvolvimento de ações de melhorias operacionais, marítimas e de infraestrutura.  Acompanhamento e aprovação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) para viabilizar arrendamentos de grande porte e aproveitamento da retroárea do Porto de Laguna.
Institucionalizar a cultura de governança corporativa	Estruturação interna das instâncias de governança corporativa e órgãos de controle.  Definição de processos internos que garantam o atendimento à Lei 13.303/2016 e decretos complementares, embasamento legal que regulamenta a Governança Corporativa nas empresas públicas e sociedades de economia mista.
Atração de Investimentos	Através de esforço contínuo e colaborativo, promover um ambiente propício para atração de investimentos no Estado de Santa Catarina para impulsionar o crescimento econômico. Buscando estabelecer relações sólidas e produtivas com órgãos governamentais, empresas privadas, agências de desenvolvimento, câmaras de comércio e outros atores-chave, visando a construção de um ambiente de negócios favorável e competitivo.

Fonte:INVEST SC/Relatório de Administração 2024

### 3- ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

A Invest SC mantém uma estrutura de governança robusta e de interações estratégicas com diversos stakeholders, alinhadas aos seus eixos de atuação (Gestão Portuária, Negócios Estratégicos e Programa de Parcerias e Investimentos).

#### Stakeholders Prioritários e Formas de Engajamento:

Stakeholder	Relação com a Invest SC	Mecanismos de Interação
Governo do Estado de Santa Catarina (Acionista Controlador)	Principal financiador e definidor de diretrizes estratégicas.	- Reuniões do Conselho de Administração. - Alinhamento com políticas públicas estaduais.

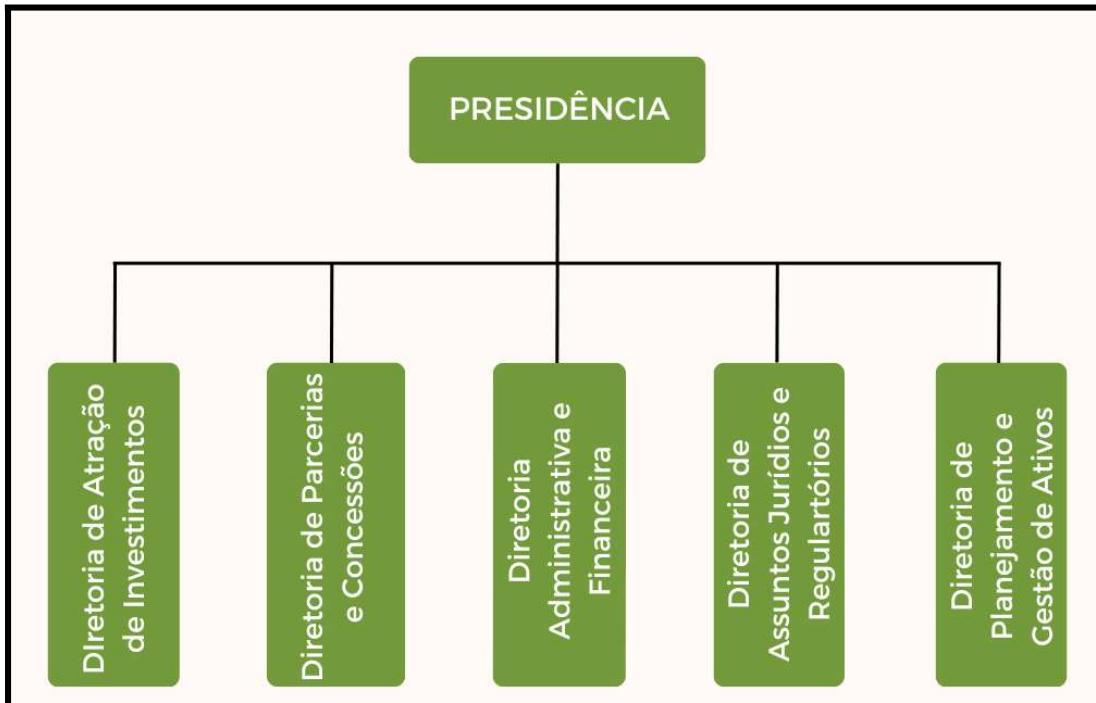
Subsidiárias (Portos de Imbituba, São Francisco do Sul e Laguna)	Operações portuárias e gestão de ativos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE): Supervisão integrada das subsidiárias.</li> <li>- Diretorias Executivas compartilhadas</li> </ul>
Empresas Privadas e Investidores	Parcerias em PPPs, concessões e atração de investimentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Parcerias e Investimentos (PPI-SC).</li> <li>- Licitações públicas (divulgadas no site institucional).</li> </ul>
Comunidade Local e Sociedade Civil	Impactos socioambientais dos portos e projetos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de Educação Ambiental (ex.: SOS Oceanos).</li> <li>- Ouvidoria (51 manifestações atendidas em 2024).</li> </ul>
Órgãos Reguladores (ANTAQ, IMA, TCE-SC)	Conformidade legal e ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auditorias Independentes (Bazzaneze Auditores).</li> <li>- Relatórios de sustentabilidade (GRI-G4).</li> </ul>
Colaboradores	Gestão de pessoas e desempenho operacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comitê de Elegibilidade: Garante transparência em nomeações.</li> <li>- Capacitações (ex.: certificação CP3P-F em PPPs).</li> </ul>

Fonte:INVEST SC/Relatorio de Administração2024

A INVEST SC mantém relações estruturadas com stakeholders, baseadas em governança corporativa, transparéncia e sustentabilidade. Sua atuação como holding e promotora de investimentos exige equilíbrio entre interesses públicos (Governo de SC) e privados (parceiros e investidores), com foco em resultados socioeconômicos e ambientais positivos para Santa Catarina.

#### 4- ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da INVEST SC no exercício de 2024 foi formada pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Ouvidoria e Controle Interno e Gestão de Riscos. Durante o exercício 2024, a empresa reestruturou-se, com a alteração da então vaga Diretoria de Portos para Diretoria de Atração de Investimentos e criação da Diretoria de Concessões e Parcerias.



Fonte:INVEST SC/Relatorio de Administração2024

#### 4.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação estratégica e colegiada da empresa, sendo a representação da companhia privativa dos Diretores. Reúne-se ordinariamente a cada bimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros, sendo: 8 (oito) indicados pelo Governador do Estado, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, e 1 (um) representante dos empregados do quadro permanente da empresa, eleito por estes.

Membros	Início	Término
Marcelo Werner Salles	01/01/2024	31/12/2024
Mário Povia	01/01/2024	31/12/2024
Gisele de Faria	01/01/2024	30/09/2024
Freibergue Rubem do Nascimento	15/03/2024	30/09/2024
Sydney Hercilio da Rosa Filho	01/01/2024	30/09/2024
Rodrigo Mattos Moro	01/01/2024	31/05/2024
Gean Carlos Fermino	01/01/2024	15/01/2024
Luciane Corezzolla Decarli	01/01/2024	31/05/2024
Marcelo Mendes	01/01/2024	30/04/2024
Sydney Hercilio da Rosa Filho	01/01/2024	30/09/2024
Renato Dias Marques de Lacerda	02/01/2024	31/12/2024

Michele Alves Correa Rebelo	03/06/2024	30/09/2024
Marcelo Sampaio Nogueira	03/06/2024	30/09/2024
José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto	03/06/2024	30/09/2024
Rogéria Pereira Machado	13/12/2024	31/12/2024
Carlos Eduardo Pereira de Bona Portão	13/12/2024	31/12/2024
Aramis Cabeda Faria	13/12/2024	31/12/2024
Guilherme Pereira Oliveira	01/10/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

O Sr. Marcelo Werner Salles permaneceu como presidente do Conselho de Administração, no período de 01/01/2024 até 31/12/2024. No dia 13/12/2024 o Conselho de Administração elegeu como Vice-presidente o Sr. Guilherme Pereira Oliveira.

#### 4.2 Conselho Fiscal

Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, devendo contar com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo Chefe do Poder Executivo, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Suas reuniões acontecem ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

<b>Membros</b>		
<b>TITULARES</b>		
Júlio Cesar Bernardi Cogo	01/01/2024	30/09/2024
Rogéria Pereira Machado	01/01/2024	30/09/2024
Sérgio Tadeu Macagnan	01/01/2024	31/12/2024
Michele Alves Correa Rebelo	13/12/2024	31/12/2024
Marcelo Sampaio Nogueira	13/12/2024	31/12/2024
<b>SUPLENTES</b>		
Sérgio Augusto Michalczuk	01/01/2024	31/12/2024
Fábio Zabot Holthausen	01/01/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

#### 4.3 Comitê de Auditoria Estatutário

O CAE Conglomerado se encontra vinculado ao Conselho de Administração da *Holding*, ao qual se reporta no exercício de suas funções, sendo responsável pela supervisão, avaliação e monitoramento das áreas de auditoria internas, controles internos, gestão de riscos e compliance da *Holding* e das Subsidiárias Integrais SCPAR Porto de Imbituba S.A e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A..

O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será composto por 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes. Dois membros serão vinculados aos Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais SCPAR Porto de Imbituba S.A. e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A e por elas remunerados. O mandato dos membros do CAE será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, e a sua posse se dará com a assinatura do termo de posse.

Membros Titulares		
Roberto de Farias Rosa	01/01/2024	31/12/2024
Victor Hugo Silva Forte	01/01/2024	05/04/2024
Amanda Gorges Bechtold	02/05/2024	31/12/2024
Gabriel Colombo Moro	01/01/2024	31/12/2024
André Munzlinger (Porto de Imbituba)	01/01/2024	31/12/2024
Cintia de Castro Cardoso (Porto de São Francisco do Sul)	01/01/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

#### 4.4 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração, é composta pelo Diretor-Presidente e até mais quatro diretores, indicados pelo Governador do Estado, além de mais um Diretor indicado pelos empregados de carreira da companhia, sendo todos eleitos pelo Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado com os membros do Conselho de Administração e terá duração de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria Executiva terá poderes e as atribuições conferidos pelo Estatuto e pela lei para assegurar o funcionamento regular da empresa, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social e não forem de competência privativa do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, ou ainda deles não exigirem prévia manifestação.

Membros		
Renato Dias Marques de Lacerda	02/01/2024	31/12/2024
Gerson Luiz Schwerdt	01/01/2024	31/12/2024
Jeferson Machado	01/01/2024	30/09/2024
Eduardo Antônio Sausen	01/01/2024	03/07/2024
Rodrigo Meyer Prisco Paraiso	05/02/2024	31/12/2024
Maurício Euclides de Melo	18/06/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

#### 4.5 Comitê de Elegibilidade

Órgão colegiado, independente, de caráter permanente, opinativo, que tem por finalidade, entre outras, a de verificar a conformidade do processo de indicação de membros para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Empresa, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

Constituído por 03 (três) a 5 (cinco) membros titulares, e respectivos suplentes, escolhidos pela Assembleia Geral, com reputação ilibada, devendo sua composição, preferencialmente, comportar as seguintes indicações: 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de pessoas; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de riscos e compliance; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão estratégica ou de auditoria interna; 1 (um) membro titular e suplente da área do departamento jurídico; 1 (um) membro titular e suplente do Conselho de Administração.

<b>Membros Titulares</b>		
Nathan Northon Neumann	01/01/2024	31/12/2024
Nilo Sérgio Silvy	01/01/2024	30/09/2024
Ludimar Silverio Ribeiro Júnior	01/01/2024	31/12/2024
Guilherme Pereira Oliveira	01/10/2024	31/12/2024
<b>SUPLENTES</b>		
Nathalia da Silva Zimermann	01/01/2024	31/12/2024
Deise Gonçalves Martins	01/01/2024	31/12/2024
Deise Cristina Lopes	01/01/2024	31/12/2024

Fonte:INVEST SC/Relatório de Administração 2024

#### **4.6 Auditoria Interna**

Taltíbio del Valle y Araújo

#### **4.7 Controle Interno e Gestão de Risco**

Geancarlo Stein

#### **4.8 Ouvidoria**

Geancarlo Stein

#### **4.9 Auditoria Independente**

Bazzaneze Auditores Independentes, contratada mediante processo licitatório em 2024, para o acompanhamento trimestral e emissão do relatório de auditoria, relacionado aos exames das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024.

## 5 - ÉTICA E INTEGRIDADE

A INVEST SC possui um “Código de Conduta e Integridade” fundamentado nos valores da empresa e que orienta o comportamento pessoal e profissional nos relacionamentos com seus acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governo, comunidade e sociedade. O código está disponível no link: <http://transparencia.invest.sc.gov.br/invest/gestao/governanca/codigo-de-conduta-e-integridade>.

Todo corpo diretivo e de colaboradores, contemplando a área responsável pela elaboração de comunicações públicas ao mercado tem a responsabilidade de assegurar que tais divulgações, comunicações e informações estejam completas, exatas e em conformidade com os controles e procedimentos da empresa para divulgação.

### 5.1 Ética e Integridade com a Sociedade

A empresa prioriza relações transparentes e éticas com a **sociedade**, promovendo diálogo com stakeholders, apoio a políticas públicas, respeito às culturas locais e combate ao trabalho escravo ou infantil. Incentiva projetos sociais, pesquisa sustentável e voluntariado, além de coibir corrupção e evitar financiamento político, mantendo canais abertos para comunicação com as comunidades.

### 5.2 Ética e Integridade com os Acionistas

A governança corporativa assegura tratamento democrático aos **acionistas**, com relatórios transparentes, confiáveis e pontuais. A empresa busca atrair investimentos que garantam retorno adequado, divulgando informações exclusivamente por colaboradores autorizados.

### 5.3 Ética e Integridade com os Colaboradores

Oferecendo aos seus **colaboradores**, condições dignas de trabalho, igualdade de oportunidades, respeito à diversidade, remuneração justa e benefícios atrativos. O ambiente laboral é motivador e seguro, com atenção à saúde, privacidade e desenvolvimento profissional.

### 5.4 Ética e Integridade com Associações

Respeitando a liberdade de **associação** sindical e participando de negociações coletivas legítimas, seguindo normas profissionais regulamentadas. A

empresa evita discriminação e valoriza o diálogo com sindicatos e conselhos de classe.

### **5.5 Ética e Integridade com Estagiários e Jovens Aprendizes**

Comprometendo-se com a formação ética e profissional de **estagiários e jovens aprendizes**, promovendo sua integração no mercado e na sociedade, alinhada aos princípios do Código de Conduta.

### **5.6 Ética e Integridade com Fornecedores**

Exigindo junto a seus **fornecedores**, conformidade legal e adesão a práticas socioambientais responsáveis na cadeia de suprimentos. Selecionando fornecedores com base em critérios técnicos, éticos e de sustentabilidade, combatendo trabalho ilegal e concorrência desleal.

## **6 - GESTÃO E RESULTADOS ECONÔMICOS**

### **6.1 Ouvidoria**

Durante o exercício de 2024, a **ouvidoria** manteve seu papel estratégico como canal de comunicação entre a sociedade e a administração pública reafirmando o compromisso com os princípios de governança corporativa e transparência administrativa, e posicionando-se como elo entre a sociedade e a gestão pública, em consonância com as diretrizes de seus gestores, com o Plano de Integridade e Política de governança.

Ao todo foram registradas 51 manifestações de ouvidoria e 19 demandas relativas a pedidos de informação (pautadas pela Lei de Acesso à Informação - LAI). Das manifestações de ouvidoria (reclamações, solicitações, denúncias, elogios e outros), 24 corresponderam a denúncias (47%) e 22 à reclamações (43%). As solicitações totalizaram 4 demandas (8%) e elogios, 1 (2%). Esse conjunto total de manifestações evidenciam a abrangência do serviço de Ouvidoria e a importância de um canal de interação da comunidade com os serviços prestados pela empresa.

### **6.2 Econômico**

Conforme apresentado no Relatório de Administração 2024, a INVESTSC se destacou como suporte técnico especializado na gestão do Programa de Parcerias e Investimentos do Governo do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). Um dos destaques foi o desenvolvimento de uma série de projetos nas áreas de turismo, saúde e segurança do estado, que estiveram em desenvolvimento e geraram economia aos cofres públicos. Como o do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, com outorga de mais de R\$ 10 milhões para o tesouro Estadual e o Terminal Rodoviário Rita Maria, com outorga inicial na casa de R\$ 1,3 milhão, e, ainda, gerou um faturamento, pelo apoio técnico realizado pela SCPAR na estruturação dos projetos, na ordem de R\$ 1,5 milhão.

No exercício de 2024, o primeiro com a nova estrutura administrativa da companhia, a Invest SC teve papel determinante para o sucesso do projeto de Parceria Público-Privada do aeroporto de Jaguaruna, no sul do estado, que em 28 de novembro de 2024, foi lançado na sede da B3, a bolsa de valores de São Paulo, após o lance vencedor oferecer 80% de deságio sobre o valor do aporte estatal e das contraprestações mensais, o sucesso da primeira PPP do estado de Santa Catarina.

Neste ano apresentou um lucro de R\$23,02 milhões, ante um resultado positivo de R\$23,7 milhões em 2023. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial na investida Sapiens Parque e dividendos dos Portos.

Em uma comparação com o ano anterior de 2023, em que as atividades de atração e atendimento a investidores ainda não eram realizadas na nova estrutura da SCPar, foram alcançados R\$ 206 milhões em projetos anunciados, as cifras representam um aumento de 4.414% e 1052 empregos diretos, o que representa um incremento de 1.420%. A Carteira de projetos, em 31 de dezembro de 2024, totaliza investimentos potenciais na ordem de R\$ 61,9 bilhões e expectativa de geração de empregos na ordem de 24.248 novas vagas.

### **6.3 Orçamentário**

No exercício de 2024 foram efetuados investimentos na empresa no montante de R\$ 225.966,04, sendo R\$27.298,80 investimentos efetuados na Filial da SCPar Porto de Laguna – em Laguna e R\$198.667,24 na Matriz.

### **6.4 Convênios**

O Ministério de Portos e Aeroportos autorizou a SCPar, hoje INVESTSC a investir parte dos dividendos recebidos da subsidiária SCPAR Porto de Imbituba em obras de melhorias do Acesso Sul do município de Imbituba, trecho que liga a BR-101 ao Porto, pelo bairro Vila Nova. O investimento representa um aporte de R\$16,8 milhões e será repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da SCPAR Holding, para a prefeitura realizar a obra. Este empenho para a liberação dos recursos foi um esforço conjunto do Ministério de Portos e Aeroportos, SNPTA, Secretaria Estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), CAP Imbituba, SCPAR holding à época, Porto de Imbituba e prefeitura, sendo transferidos pela SCPar à época para Prefeitura Municipal de Imbituba a importância de R\$1.147.914,45 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), decorrente do Convênio celebrado

entre a SCPAR à época e o Município de Imbituba, visando a cooperação técnica e financeira destinada a realização de obras de melhorias do acesso ao porto organizado de Imbituba (acesso sul da cidade de Imbituba). Um destaque em relações institucionais foi a assinatura do Protocolo de cooperação com o Fonplata para a realização da Plataforma INVEST SC DIGITAL, no valor de US\$ 75 mil dólares, feito através de projeto a fundo perdido.

## 7 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As atividades desenvolvidas na INVEST SCPAR, exigem um gerenciamento preciso e periódico dos impactos e condicionantes socioambientais. A responsabilidade socioambiental do setor portuário é regulamentada por leis nacionais e internacionais, acompanhadas e fiscalizadas por órgãos em diversas esferas governamentais.

### 7.1 Responsabilidade Ambiental

As frentes de trabalho de monitoramento do meio ambiente e de promoção da saúde e segurança dos trabalhadores estão enraizadas em valores corporativos, para além da obrigação legal.

Aderente a legislação, o porto de São Francisco do Sul, de momento encontra-se em fase de contratação de estudos especializados para conhecer o perfil das emissões do GEE da sua área de atuação, no sentido de se estabelecer estratégias, planos e metas para redução e gestão das emissões de gases de efeito estufa, com participação e alinhamento do Porto de São

Francisco do Sul, aos esforços dos portos nacionais, que deverão promover ações que sejam aderentes a Agenda 2030.

Sob a ótica ambiental, o porto de São Francisco do Sul obteve ações significativas, com licenciamento de três obras de grande importância para a plena e segura operação de cargas e navios.

Trata-se de licenciamentos de altíssima complexidade, face à condição única da Baía da Babitonga, considerada como área prioritária para conservação e uso sustentável, de acordo com a Portaria MMA nº 9, de 24 de janeiro de 2007, razão para que o órgão licenciador ambiental federal imponha condicionantes e exija estudos e programas, visando o menor impacto ambiental na baía, obras como:

*-Dragagem de manutenção da infraestrutura marítima do Porto de São Francisco do Sul*

Conforme Parecer Técnico nº 112/2024-NLA-SC/Ditec-SC/Supes, o Ibama concedeu Anuênciam ao Porto de São Francisco do Sul para a execução de dragagem de manutenção do sistema aquaviário (canais de acesso, bacia de evolução, dársena e berços de atracação), que contempla a manutenção da profundidade de projeto de 14 metros, com um volume aproximado de dragagem de 1.601.522,22 m<sup>3</sup> de sedimentos. A autorização foi condicionada ao cumprimento de um conjunto de obrigações em relação ao equipamento de dragagem como válvula

verde, rastreamento por satélite para acompanhamento de seu trajeto e coordenadas dos pontos de abertura de cisterna e tempo de operação de dragagem, além de completo Programa de Gestão Ambiental de dragagem de manutenção.

*-Dragagem de adequação e aprofundamento do canal de acesso externo para – 16 metros – Licença de Instalação Nº 1495/2024.*

Após mais de uma década de estudos ambientais e de engenharia, o Ibama emitiu a Licença de Instalação para as obras de Dragagem de aprofundamento e alargamento do canal externo de acesso ao Complexo Portuário de São Francisco do Sul, incluindo suavização da curva, com uso dos sedimentos dragados para a execução de projeto de alimentação artificial da praia de Itapoá. Com a concessão da licença, o Porto de São Francisco do Sul já pode iniciar o processo de licitação para a contratação da empresa responsável pela execução da obra, estimada em R\$ 300 milhões. O projeto de dragagem vai aumentar a profundidade do canal externo de 14 metros para, no mínimo, 16 metros, permitindo a navegação de embarcações de até 366 metros de comprimento, com capacidade máxima de cargas e colocará o complexo portuário de São Francisco do Sul na rota das grandes embarcações” e manterá o Estado de Santa Catarina que Santa Catarina com significativo protagonismo logístico portuário nacional.O licenciamento ambiental se propõe inédito, visto que se trata da primeira obra de dragagem de infraestrutura marítima de um porto no Brasil, cujo material, que antes era descartado em área oceânica, seja utilizado para recompor as praias do município de Itapoá, em cerca de 7,5 km de extensão, com a utilização de cerca de 8 milhões de m<sup>3</sup> de material com origem na dragagem de aprofundamento do canal externo. A décadas o município de

Itapoá, sofre com a perda de faixa de praia, colocando em risco a infraestrutura viária do município e os imóveis próximos a praia e a solução de engordamento da sua orla, eliminará este risco.

#### *- Derrocagem de rocha junto ao berço 101*

O berço 101 do porto de São Francisco do Sul é um berço especializado do porto, na movimentação de cargas a granel de origem vegetal para exportação e responsável por cerca de 6% do total das exportações brasileiras de soja e milho.Sua plena e segura operacionalização, a décadas é impactada por uma rocha localizada junto ao berço, o que limita a operação segura dos navios que ali operam. Para eliminar os riscos ali existentes, o Porto de São Francisco do Sul desenvolveu projeto de engenharia e buscou licenciar as obras de derrocagem junto ao Ibama, que culminou em 2024, com a anuência daquele órgão licenciador ambiental federal, para o desmonte de rocha submersa, com volume de 642,65 m<sup>3</sup> (derrocagem), bem como a dragagem mecânica de 3.273,73 m<sup>3</sup> de sedimento, visando atingir a profundidade -14,00m DHN na área do Berço 101. As obras tiveram seu início em dezembro de 2024, com a mobilização de equipamentos e início das perfurações e foram interrompidas em março de 2025, visto ter iniciado o escoamento da safra de soja. A obra deverá ser reiniciada no final do ano de 2025, quando a demanda por aquele berço tende a ser mais reduzida com o término do escoamento da safra da soja

Na SCPAR Porto de Laguna no ano de 2024 continuam sendo desenvolvidas diversas ações socioambientais. Na esfera ambiental, destacamos a conclusão da remoção de todas exemplares de vegetação exótica na poligonal do porto, condicionante da Licença Ambiental de Operação do Porto, incluso no PRAD- "Projeto de Recuperação de Área Degradada " e seu devido protocolo no IMA, ação que visou compensar ambientalmente o espaço utilizado pelo Porto; como a extração de 112 exemplares de Casuarinas, espécie exótica invasora com alto nível de degradação do solo, impedindo a possibilidade de desenvolvimento de espécies da flora nativa, o transplante de pés de butiá de acordo com o estudo desenvolvido e protocolado junto ao órgão ambiental do estado. Ação igualmente importante, a ação conjunta dos Portos de Laguna e Imbituba na formalização do PA-PIL, Plano de Área dos Portos de Imbituba e Laguna, Programa de Ajuda Mútua (PAM) que prepara para uma ação integrada entre os diversos personagens das duas áreas portuárias, na resposta a emergências envolvendo acidentes de grandes proporções ou derramamento de produtos contaminantes derivados de hidrocarbonetos em águas oceânicas e continentais, na área portuária e seus respectivos canais de acesso. Outra ação importante foi a execução de parte dos programas de controle ambiental (PCAs) iniciados em 2021, no ano de 2024 seguem sendo executados para o monitoramento ambiental da Dragagem, que inclui monitoramento da biota aquática e bioindicadores, monitoramento das águas oceânicas na área de influência da operação do porto, programa de monitoramento avifauna dentre outros.

## 7.2 Responsabilidade Social

A sustentabilidade do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), executado pela SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR, está presente na metodologia de priorização de projetos do PPI-SC em vários momentos, de forma direta e indireta. No critério custo/benefício, de forma direta, foi definido um indicador específico quanto ao atendimento aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o projeto obtém nota máxima, no critério atendimento dos ODS, se atender cinco ou mais ODS, sendo que todos partem ao menos da nota um, tendo em vista que a natureza dos projetos que são enquadrados na carteira do PPI-SC atende ao menos ao objetivo 17: parcerias para implementação dos objetivos.

De forma indireta, os indicadores de impacto fiscal do projeto e da percepção de melhoria da eficiência na prestação de serviços para a sociedade também corroboram com o desenvolvimento sustentável do PPI-SC, diminuindo custeio público ou gerando receitas novas para o Estado e, ainda, aumentando a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos, ou seja, adicionando mais valor ao dinheiro pago pelos contribuintes.

Ainda de forma indireta, na medida em que os projetos evoluem no *pipeline*, passando para a fase de estruturação, procura-se, por premissa, estabelecer diretrizes de desenvolvimento sustentável como obrigações/incentivos ao parceiro privado por exemplo nos indicadores de desempenho do projeto, para desconto no percentual de compartilhamento de receita, que podem adentrar no âmbito de: redução de ruído, oferta de alimentação saudável, utilização de energias

renováveis, captação e reutilização de águas, opção de recarga para carros elétricos, adoção de fornecedores com selo verde, dentre outros.

A atuação comprometida da SCPAR Porto de Imbituba manteve sua posição no ranking entre os 10 melhores ,que avalia a gestão ambiental dos portos públicos brasileiros. A avaliação é realizada pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) como ferramenta de acompanhamento, controle, incentivo à promoção da sustentabilidade, simplificação dos dados para o público e auxílio na tomada de decisão sobre as questões ambientais portuárias. Além disso, o Costa Butiá, projeto de Educação Ambiental do Porto, segue sendo um dos seus projetos premiados nacionalmente.

No âmbito da relação porto-cidade, uma das importantes ações foi a sequência do Arraiá do Porto de Imbituba. A festa junina realizada na Capela São Pedro celebra a interação do porto com a comunidade de Imbituba.

O Programa Porto de Portas Abertas viabilizou 40 visitas, dentre diversos grupos de alunos, de diferentes localidades, como o do Instituto Federal do Mato Grosso, em visita para conhecer a estação maregráfica do Porto de Imbituba, dentro da programação de eventos do setor portuário.

A Companhia deu continuidade ao Programa Carga Preciosa de Incentivo Fiscal, com apoio financeiro a 12 projetos esportivos da cidade, totalizando R\$84.000,00 repassados via lei de incentivo fiscal do Programa Municipal de Incentivo ao Esporte (Proesporte). A seleção de projetos para apoio do Porto é realizada através de edital de credenciamento e conta também com uma comissão de avaliação formada por colaboradores da Autoridade Portuária.

O Projeto SOS Oceanos e O Programa de Educação Ambiental – PEA da SCPAR Porto de São Francisco do Sul são condicionantes da Licença ambiental que vem sendo atendida desde 2017, direcionado aos grupos sociais da área de influência, bem como aos trabalhadores envolvidos na atividade portuária; que se utiliza de inúmeras técnicas e metodologias para sensibilizar os atores foco do Programa de Educação Ambiental, como treinamento virtual, reunião educativa presencial, atividades em sala de aula e auditórios e ainda de campo como formação de grupos para limpeza nas praias, com exposições ao ar livre, cursos de fotografia, palestras dentre outros, na busca de sensibilizar os participes para as causas ambientais.

Dentre os programas com maior alcance, o Projeto SOS Oceanos – iniciado em setembro de 2019, procura mobilizar pescadores para adotarem boas práticas na gestão dos resíduos sólidos (tanto para os descartes dos resíduos produzidos, mas também na retirada do lixo do mar e de outros ambientes),, e em troca, são recompensados com itens que aprimoram as condições de seu trabalho. Pelo seu alcance e profundidade da iniciativa, foi selecionado em segundo lugar no Prêmio Portos e Navios 2024 de Responsabilidade Socioambiental, concorrendo com cases de portos de todas as regiões do Brasil. O prêmio tem como objetivo incentivar iniciativas que mitiguem impactos ambientais da atividade portuária ou industrial, contribuam para preservação/desenvolvimento ambiental na área de abrangência e/ou contribuam positivamente para o desenvolvimento social da coletividade em sua área de influência.

Atualmente, este projeto é executado pela PEA da SCPAR Porto de São Francisco do Sul, em parceria com pescadores artesanais de São Francisco do Sul, e conta com a parceria da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria de

Agricultura e Pesca, Comunidade Terapêutica Abrigo Divina Misericórdia, P&P Polímeros LTDA e FiltroAmb.

As campanhas de sensibilização para adesão dos pescadores interessados em participar são realizadas por meio de diálogos e convites individuais, durante o cotidiano da comunidade e nas abordagens de campo semanais realizadas pelo Programa de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro e equipe do PEA.

Para facilitar o entendimento, são distribuídos panfletos e fixados cartazes nas comunidades pesqueiras com as informações sobre o projeto. Os pescadores interessados são cadastrados e passam a fazer parte de um grupo de WhatsApp dos pescadores participantes.

Ainda, e com o apoio para a coleta de resíduos do mar pelos pescadores e ainda receber resíduos oleosos provenientes da manutenção das embarcações, foram implantados Ecopontos, com contentores que são dispostos nas comunidades, de acordo com os tipos de resíduos gerados.

Em locais onde ocorre a pesca de arrasto com portas, os pescadores costumam retirar do leito do mar resíduos em avançado estado de decomposição, nestes locais são inseridas lixeiras para coletar o lixo comum retirado do mar. As embarcações de arrasto costumam ser movidas à óleo diesel, é feita a troca do óleo lubrificante do motor com certa frequência. Neste caso, implantasse um tambor de 240 litros para coletar o óleo lubrificante usado e enviar para reciclagem e a venda desse material reverte para a comunidade de pescadores partícipes.

As comunidades pesqueiras que concentram pescadores na modalidade de emalhe costumam ter grandes quantidades de redes e petrechos de pesca para descartar. Assim, implantou-se um PEV – Ponto de Entrega Voluntária para Petrechos de Pesca.

Para cada volume/peso de resíduos coletados no mar ou ainda de óleo lubrificante das embarcações e ainda petrechos de pesca dados ao descarte, são registrados e o pescador participante recebe recompensas que são materiais e equipamentos úteis para melhorar as condições de trabalho do pescador como: capa de chuva, par de botas, ferramentas, remo, entre outras.

Ainda enquanto projeto SOS Oceanos, são realizadas ações de limpeza nas Ilhas da Babitonga com frequência anual, com envolvimento de inúmeras instituições, mais de 20 embarcações e 100 pessoas para retirar os resíduos de quatro ilhas, que conta ainda com uma grande feira no aterro da baía da Babitonga enquanto acontece a limpeza na ilha. A feira promove atrações culturais, exposições ambientais, atividades de educação, comércio de produtos sustentáveis.

Para melhor dimensionar o alcance e profundidade onde o projeto SOS Oceanos atuou desde março de 2020, segue alguns números: Público-alvo atingido, 1.589 pessoas; exposições diversas com foco nos oceanos, 10; palestras educativas e de sensibilização, 23; outros eventos diversos com foco no Programa SOS Oceanos, 28.

Aliado ao campo social,o Porto de Laguna tem recebido diversos grupos escolares da região, como processo de enriquecimento na aprendizagem das crianças e jovens da comunidade local,além de ações socioambientais participativas. Uma vez que o Ibama instituiu a Instrução Normativa N°2 em 27/03/2012, a qual estabelece que o Programa de Educação Ambiental (PEA) consolidou-se então a importância do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP).O diagnóstico foi elaborado a partir de um levantamento de informações e

uma pesquisa prática, realizada por meio de entrevistas com vários grupos locais. A ação possibilitou a identificação dos possíveis impactos relacionados ao porto, como também dos recursos e sua potencialidades que constituem reais oportunidades de desenvolvimento das comunidades afetadas, assim contribuiu para a determinação de estratégias de comunicação condizentes com a realidade local e para a eficácia do programa de Comunicação Social.

Outros programas, integrantes do PCA, que vem sendo desenvolvidos são:

- Programa de Educação Ambiental (PEA)
- Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)
- Programa de Comunicação Social
- Programa de monitoramento do Boto Pescador

#### *Pacto Global da ONU*

Como compromisso com as melhores práticas ambientais e alinhamento aos compromissos firmados em escala mundial, o Porto de São Francisco do Sul se tornou signatário do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que estimula companhias a adotar práticas que promovam o crescimento sustentável e a cidadania.

O Pacto Global está baseado em dez princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho, da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e da Convenção da ONU Contra a Corrupção. As organizações que passam a fazer parte do Pacto Global se comprometem a seguir esses princípios no cotidiano de suas operações.

Entre os compromissos que o Porto assumiu, estão o respeito aos direitos humanos, abolição do trabalho infantil e eliminação da discriminação no emprego. Também deve promover a responsabilidade ambiental e incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente amigáveis, além de combater todas as formas de corrupção.

#### *Aliança Brasileira para a Descarbonização dos Portos*

No ano de 2024 o Porto de São Francisco do Sul aderiu à Aliança Brasileira para a Descarbonização dos Portos, entidade sem fins lucrativos ou econômicos, compostas por empresas, instituições, órgãos públicos e

associações, públicas e privadas, nacionais e internacionais para, com base nos princípios da cooperação, colaboração e compartilhamento de experiências, tecnologias e informações, promover a aceleração das ações de descarbonização no setor marítimo e portuário brasileiro.

A iniciativa se alinha às diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol, bem como com a Portaria Nº 58, de 24 de janeiro de 2025, que institui, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos, a Política de Sustentabilidade e o Pacto pela Sustentabilidade.

## 8 - PERFIL DO RELATÓRIO

Este relatório foi baseado nos protocolos do Global Report Institute- GRI, com propósito de comunicar dados confiáveis, relevantes e padronizados dos impactos identificados nas operações da organização, sobre a economia, sociedade civil e meio ambiente, avaliando os riscos e oportunidades para aperfeiçoamento de sua atividade.

Para perguntas sobre este relatório e seu conteúdo, os interessados podem telefonar para o número (48) 3665-3200, ou encaminhar e-mail para o endereço [marcelo@invest.sc.gov.br](mailto:marcelo@invest.sc.gov.br).

Este documento aguarda aprovação pela diretoria executiva da INVEST SC, bem como pelo seu Conselho de Administração.